



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E O RELATÓRIO
DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Abril de 2020

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E
O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2-6
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7-9
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	10-11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	12
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	13
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL.....	14
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Fundação Hospital Santa Lydia, tem por finalidade a execução e prestação de serviços de saúde ao Poder Público Municipal e à iniciativa privada, incluindo-se o fornecimento de suporte técnico e operacional, com atendimento médico de urgência e emergência, e as atividades hospitalares, destinadas, preferencialmente, aos usuários do Sistema SUS moradores de Ribeirão Preto e suplementarmente à iniciativa privada.

Em 23 de maio de 2011, através de Escritura Pública de Doação, a Fundação passa a ser sucessora dos bens, dos direitos e obrigações, além de outros que a este patrimônio venham a ser adicionados por dotações feitas por entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas, da personalidade jurídica donatária Instituto Santa Lydia.

No exercício de 2014, através do processo de nº. 1038008-78.2014.8.26.0506 a Fundação torna-se ré em ação civil pública com pedido de intervenção, cumulada com pedido alternativo de extinção da Fundação. Em 18/11/2014 o processo requerido acarretou a suspensão de todos os diretores e nomeação da comissão interventora da Fundação. Em 19/11/2014 ocorreu a suspensão dos membros do Conselho Curador, bem como do Superintendente da época. A Juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública nomeou a Comissão Mista de Administração, com a função de novos administradores da Fundação, com plenos poderes de gerência (supervisionar, administrar e promover as medidas pertinentes como auditoria para apurar as causas do déficit financeiro). Em 24/11/2014 a Comissão Mista de Administração e Intervenção assumiu a direção da Fundação, pelo mandado judicial acima descrito, que perdurou até 31 de dezembro de 2017.

Com a nova gestão municipal em 2018 e a reativação dos órgãos de governança e de fiscalização da Fundação, a Secretaria Municipal de Saúde, dentro do seu plano municipal, trouxe vários novos projetos para a Fundação.

No Hospital, iniciou-se em março de 2018, o atendimento ambulatorial em cardiologia que consiste em atendimento de enfermagem, atendimento médico e exames de auxílio diagnóstico, especialidade que persiste durante o exercício de 2019. A meta mensal estabelecida pela Secretaria de Saúde foi de 800 (oitocentas) consultas mês com a expectativa de sanar a fila de espera de pacientes do Sistema Único de Saúde, que no início dos atendimentos era de 1.200 (hum mil e duzentos) pacientes. Com a estruturação da equipe do hospital para esse atendimento e através de uma busca ativa desses pacientes, essa demanda reprimida foi resolvida em 03 (três) meses de funcionamento do ambulatório e, a partir de então, está sendo atendida a demanda real de parte dos pacientes SUS que necessitam dessa especialidade na cidade de Ribeirão Preto.

Também passou a ser implantado no ano de 2018 o Credenciamento de Empresas Médicas na renovação dos contratos dos serviços médicos do hospital, apesar de tratar-se de atividade fim da Fundação, esse mecanismo possibilita maior transparência no processo e a busca constante de parceiros capacitados para atender as nossas demandas e, conseqüentemente, a melhora da

qualidade da assistência prestada aos nossos pacientes. No ano de 2018 foram realizados 05 (cinco) Credenciamentos de Empresas Médicas de diferentes especialidades. Com a reestruturação da Central de Plantões, no ano de 2019 ampliamos em 35,43% as empresas médicas devidamente cadastradas conforme regras estabelecidas no Credenciamento Médico, totalizando 237 (duzentos e trinta e sete) empresas.

No ano de 2018 também foi dada continuidade na melhoria do laboratório de análises clínicas da Fundação através das revisões dos contratos de comodatos dos equipamentos do laboratório que possibilitou a melhora da tecnológica dessa área e, conseqüentemente, possibilitou a ampliação com a parceria com a Secretaria da Saúde de um aumento de aproximadamente 60 (sessenta) mil exames/mês no final de dezembro de 2018 com um custo médio unitário reduzido em aproximadamente 12%, tal perspectiva se manteve durante o ano de 2019.

Destaca-se de 2018 os Contratos de Gestão firmados com a Secretaria Municipal de Saúde nos quais a Fundação assumiu, a partir de abril de 2018, a implantação e gestão dos Serviços de Assistência à Saúde das Unidades Básica Distrital Dr. João Baptista Quartim - Pronto Socorro Central, Dr. Sérgio Arouca - Quintino II e a Unidade Pronto Atendimento Dr. Luís Loisi Viana - UPA 13 de Maio que corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) dos serviços de urgência do município de Ribeirão Preto, onde quantitativamente corresponde ao equivalente populacional do município.

Para implantação dos contratos de gestão houve uma mobilização das áreas administrativas e assistenciais da Fundação que demandou, em 2018, a realização de 35 (trinta e cinco) Processos Licitatórios, 08 (oito) Processos Seletivos que resultaram em aproximadamente 250 (duzentos e cinquenta) contratações de empregados, além da reestruturação do Credenciamento de Empresas Médicas para atendimento de urgência e emergência que possibilitou o direcionamento dos profissionais médicos, pela sua qualificação, sendo alocados para os atendimentos das áreas verdes, amarelas e vermelhas nessas unidades sob gestão da Fundação, buscando constantemente o aprimoramento da qualidade e segurança do atendimento oferecido para os usuários do SUS de Ribeirão Preto.

Em comparação, foram realizados em 2019 para toda a estrutura da Fundação 05 (cinco) Processos Seletivos que resultaram em 288 admissões de colaboradores, sendo 01 (um) deles direcionado exclusivamente para a Unidade UBS Cristo Redentor e foram feitos, em sua totalidade, 101 (cento e um) Processos Licitatórios.

Também foi implantado na UPA da 13 de Maio o Laboratório de Análises Clínicas em junho de 2018, que possibilitou a liberação dos resultados de exames em até 01 (uma) hora, situação bem diferente antes dessa implantação, pois os resultados eram liberados em média, em 03 (três) horas. Com isso, há um resultado direto na assistência através de melhor resolutividade das demandas dos pacientes, início mais rápido do tratamento necessário, diminuindo assim o encaminhamento para leitos hospitalares e liberação mais rápida do paciente.

Como reconhecimento de gestão e eficiência, a Fundação Hospital Santa Lydia, firmou mais um Contrato de Gestão junto à Secretaria Municipal de Saúde no ano de 2019, sendo a UBS Luiz Gaetani, popularmente conhecida como UBS Cristo Redentor, a estrutura é composta por 8 consultórios, 01 sala de inalação, 01 sala de curativo, 01 sala de farmácia, 01 sala de odontologia composta de duas

cadeiras odontológicas e aparelho de raio-x, 01 sala de medicação, 01 sala de coleta e 01 sala de primeiros atendimentos.

Em 2019, além da UPA 13 de Maio, mais duas Unidades de Saúde sob gerência da Fundação receberam a implantação dos laboratórios de análises clínicas, fato que possibilitou a liberação dos resultados de exames em até 01 (uma) hora. A produção Laboratorial da fundação foi ampliada através do convênio com a secretária municipal de saúde, realizando exames para mais 7 unidades, somando, em média, 8.000 exames de rotina a mais por mês.

Assim, em 2018, foram atendidos nessas 03 (três) Unidades mais de 210 (duzentos e dez) mil pacientes e realizados mais de 195 (cento e noventa e cinco) mil exames de laboratório, número esse que se manteve no exercício de 2019. Com o início do atendimento da unidade UBS Luiz Gaetani, foi obtida uma média de atendimentos a partir de setembro de 2019, de 400 pacientes por mês.

Em 2019 foi ampliado o número de exames de ultrassonografia passando de 800 para 1.900 por mês, foi ampliado também o número de exames de tomografia passando de 70 para 740 exames mês.

Para cuidar ainda mais da saúde da população, em 2019 foi instituído nas unidades o protocolo de dor torácica, e nos laboratórios incrementado o exame de troponina, que servem para avaliar lesões no músculo do coração.

Para maior segurança do paciente e agilidade no atendimento, também foi implantado nas 03 (três) Unidades de Pronto Atendimento sob gestão da Fundação sistema que padroniza a classificação de risco conforme protocolo de Manchester, tal padronização iniciou-se em 2018 e foi mantida durante o exercício de 2019.

Ainda para manter a segurança do paciente e dos funcionários, além de zelar pelo patrimônio público, em 2019 foi implantado serviço de vigilância nas quatro unidades geridas pela Fundação (UPA 13 de Maio, Ubds Central, Ubds Quintino 2 e UBS Cristo Redentor) com contratação de empresa a partir de processo licitatório.

Valorizando a assistência, foi finalizada a reforma iniciada em 2018 do núcleo de fisioterapia localizado na UBDS Central, conseqüentemente, em 2019 foram feitas as adequações necessárias para o desempenho ideal do setor de fisioterapia da Unidade. Dando seqüência na segurança dos pacientes e equipes, todos os geradores das unidades foram submetidos a testes preventivos, o da unidade UPA 13 de Maio foi considerado ineficiente pelos profissionais da área e, portanto, foi substituído no ano de 2019.

Referente à estruturação da Fundação, em 2018 iniciou-se a revisão do organograma da Fundação com a descrição de cargos, políticas de remuneração compondo cargos em comissão (livre provimentos), efetivos (contrato por tempo indeterminado), temporários (contratos por tempo determinado) e cedidos (pelo poder público) compondo o quadro de empregos da Fundação o qual foi apreciado pelo Conselho Curador e encaminhado para manifestação do Ministério Público no 1º semestre de 2019.

Em 2019, foi finalizada a nova proposta de estatuto e regimento interno da Fundação para apreciação e aprovação do Ministério Público e Poder Judiciário, visando a melhoria da estrutura de governança da Fundação. Em 2019, foi acompanhado o processo junto ao Ministério Público que, em 21/02/2020, aprovou a alteração e estabeleceu o prazo de registro até abril do ano de 2020.

Alinhando a visão estratégica, pensando no bem estar dos funcionários, nas unidades de pronto atendimento, foi montado estrutura para descanso laboral. Já na Fundação toda foi firmado convênio com a Associação dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto - ASMRP, que proporcionará lazer e colônias de férias, dando sequência na valorização humana, iniciamos em 2019 a negociação com planos de saúde para dar maior liberdade de escolha no melhor custo benefício aos nossos colaboradores.

Focado no processo de redução de custos, em 2019, foi concluído e aprovado junto à CPFL o projeto de eficiência energética do Hospital Santa Lydia, cujo investimento será de R\$ 267.500,00, subsidiado pela CPFL, sem custo para a Fundação, gerando assim uma economia mensal projetada de R\$35.545,30 nas contas de energia. A estrutura contará com potência nominal de 60 KWP e Geração Anual de 78,01 NWh/ano. A instalação tem conclusão prevista para o meio do mês de abril /2020.

No ano de 2019, também se manteve o comprometimento da diretoria em cumprir os pagamentos já negociados nos Termos de Adesão dos Editais publicados e dos parcelamentos obtidos junto à Receita Federal, INSS e DAERP, além de cumprir as obrigações do exercício.

Como forma apoio ao cumprimento das obrigações financeiras da Fundação Hospital Santa Lydia, foi aprovada a lei 14.359 de 27 de julho de 2019, onde a prefeitura repassou R\$ 2.059.327,18 (Dois milhões, cinquenta e nove mil, trezentos e vinte e sete reais e dezoito centavos).

Em 2019, o Hospital Santa Lydia, realizou 5.889 internações, 28.751 diárias de paciente, 2.248 cirurgias, 18.120 consultas de clínica médica, 23.218 consultas de ortopedia, 35.626 exames de RX e mamografia. 1.667.571 exames de laboratório, 7.086 exames de ultrassom e 1.242 exames de ecocardiograma.

Para o exercício de 2020 as metas estabelecidas pela Diretoria da Fundação Hospital Santa Lydia são:

- Ampliar a parceria com a Secretaria Municipal de Saúde com pelo menos mais um Contrato de Gestão junto a uma Unidade de pronto atendimento de Saúde de Ribeirão Preto;
- Ampliar a parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de modo que a Fundação, crie mais 20 leitos de atendimentos clínicos a cidade de Ribeirão de Preto;
- Negociar junto a Secretaria Municipal de Saúde e implantar o Contrato de Gestão para as atividades hospitalares do Hospital Santa Lydia, ampliando os atendimentos em ambulatórios de especialidade, exames de diagnóstico e cirurgias eletivas que demandará estruturação de recursos humanos, predial e tecnológica no hospital;
- Priorizar ações de gestão nas 03 (três) unidades de Pronto Atendimento com Contratação de Gestão estabelecido para aprimorar as informações para a apuração dos indicadores estabelecidos e buscar constantemente melhorias na qualidade da assistência prestadas;

- Iniciar a implantação do sistema de custos da Fundação com objetivo de gerar informações consistentes e confiáveis para as tomadas de decisões da diretoria;
- Mapear os processos operacionais, de modo que tenhamos mais controle nos processos, dando ênfase no fluxo financeiro e de faturamento da instituição.
- Iniciar o processo de certificação ONA para o Hospital e demais unidades.
- Participar junto ao município nas ações preventivas, dando ênfase ao outubro rosa e maio amarelo.
- Ampliar as atividades da Comissão de Controle Interno;
- Ampliar o fornecimento de serviços assistenciais para região de Ribeirão Preto.

Em 31 de dezembro de 2018, a Fundação conseguiu reverter capital circulante líquido negativo (Ativo circulante - Passivo Circulante) para positivo, demonstrando a constante melhora dos resultados apresentados obtidos através de uma gestão austera, onde é necessário salientar que no ano de 2018 não houve aporte financeiro por parte da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto para a Fundação. No ano de 2019, com o superávit obtido, tal situação está mantida.

Comparado aos resultados dos exercícios anteriores é possível observar uma reversão significativa da situação patrimonial e financeira, demonstrando uma tendência de equilíbrio e fortalecimento da Fundação. Vale ressaltar que em 2016 a Fundação voltou a apresentar Patrimônio Líquido Positivo (Ativo - Passivo). O compromisso da administração da Fundação é de continuar a implantação de ações que resultem na melhoria dos resultados objetivando a continuidade normal e racional das operações da Fundação.

Além disso, essas novas parcerias fortaleceram a Fundação Hospital Santa Lydia como uma Fundação de apoio à Secretaria de Saúde, resolvendo diversas demandas assistenciais da comunidade de Ribeirão Preto e possibilitou a contínua busca de transformar a Fundação em uma instituição viável dando a garantia de prosseguir e ampliar as atividades dessa instituição que está fazendo um papel tão importante no cenário da saúde de Ribeirão Preto e que foi tão arriscada nos anos anteriores.

Uma prova que estamos no caminho certo, de uma gestão eficiente, vem através do resultado auditoria das contas de 2018, realizada pelo Tribunal de Contas, apresentada em 28/02/2020. Foram aprovadas as contas de 2018 sem ressalvas, fato esse que nunca havia ocorrido nas contas da instituição. “Segundo relatado pelo auditor do TCE, ainda que 2018 tenha sido o primeiro ano após o encerramento da intervenção judicial a qual a Fundação Santa Lydia se encontrava desde 2014, a entidade promoveu uma considerável ampliação de suas atividades hospitalares, tendo realizado cerca de 210 mil atendimentos e 195 mil exames e passado a disponibilizar atendimentos ambulatoriais em cardiologia, antes inexistentes”.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

Ribeirão Preto – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA** (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas, combinadas com as aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Pedido de certificado de filantropia

Conforme nota explicativa 28, a Fundação protocolou, junto ao Ministério da Saúde, o pedido de renovação do Certificado de Filantropia, sob alegação de ser a sucessora do Instituto Santa Lydia, e estar atendendo todos os requisitos de Entidade Beneficente de Assistência Social à Saúde. A Fundação obteve deferimento ao pedido de concessão de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da saúde, válido a partir de 31 de dezembro de 2014. Contudo, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não contemplam quaisquer ajustes que seriam requeridos para o caso de ser indeferido o pedido de enquadramento da Fundação como filantrópica, para os períodos anteriores, o qual ainda se encontra em julgamento.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

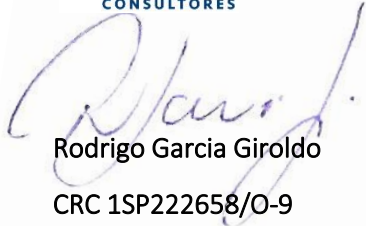
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 03 de abril de 2020.



Rodrigo Garcia Giroldo
CRC 1SP222658/O-9

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

	Nota	2019	2018
	explicativa		
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.165.396	4.941.238
Contas a receber	5	15.731.168	15.714.753
Estoques	6	915.040	789.461
Outros créditos	7	393.891	374.770
Despesas antecipadas		11.799	18.372
Total do ativo circulante		24.217.294	21.838.594
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	14	56.453	78.097
Investimentos		200.000	200.000
Imobilizado	8	6.591.422	6.586.987
Total do ativo não circulante		6.847.875	6.865.084
Total do ativo		31.065.169	28.703.678

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

	Nota		
	explicativa	2019	2018
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	560.801	440.678
Fornecedores e prestadores de serviços	10	6.280.057	5.689.713
Salários, encargos sociais e obrigações tributárias	11	2.833.436	3.321.026
Provisão de reajuste salarial		1.018.648	330.056
Provisão de férias e encargos		2.954.330	2.536.556
Outras obrigações	12	1.512.177	973.709
Contratos de gestão a realizar	13	8.498.506	7.730.464
Total do passivo circulante		23.657.955	21.022.202
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	1.845.322	2.438.532
Salários, encargos sociais e obrigações tributárias	11	-	107.689
Outras obrigações	12	806.741	825.376
Provisão para contingências	14	128.511	187.267
Total do passivo não circulante		2.780.574	3.558.864
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		(246.855)	(552.049)
Ajuste de avaliação patrimonial		4.179.660	4.352.727
Reserva de doações		16.740	16.740
Superávit acumulado		677.095	305.194
Total do patrimônio líquido	16	4.626.640	4.122.612
Total do passivo e patrimônio líquido		31.065.169	28.703.678

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

	Nota		
	explicativa	2019	2018
Receita operacional			
Serviços de Saúde	17	84.010.101	68.991.750
Doações	18	25.601	23.528
		84.035.702	69.015.278
Custos dos serviços prestados	19	(74.792.781)	(61.772.195)
Superávit Bruto		9.242.921	7.243.083
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais	20	(4.907.774)	(3.394.806)
Com pessoal		(3.269.484)	(3.851.042)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	21	(440.318)	272.913
		(8.617.576)	(6.972.935)
Superávit antes do resultado financeiro		625.345	270.148
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras		424.706	332.487
Despesas financeiras		(546.023)	(486.316)
	22	(121.317)	(153.829)
Superávit do exercício		504.028	116.319

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

	2019	2018
Superávit do exercício	504.028	116.319
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	173.067	188.875
Resultado abrangente do exercício	677.095	305.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de doações	Superávit acumulado	Total patrimônio social
Saldos em 1º de janeiro de 2018	(762.905)	4.541.602	16.740	210.856	4.006.293
Incorporação do superávit acumulado no patrimônio social	210.856	-	-	(210.856)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(188.875)	-	188.875	-
Superávit do exercício	-	-	-	116.319	116.319
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(552.049)	4.352.727	16.740	305.194	4.122.612
Incorporação do superávit acumulado no patrimônio social	305.194	-	-	(305.194)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(173.067)	-	173.067	-
Superávit do exercício	-	-	-	504.028	504.028
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(246.855)	4.179.660	16.740	677.095	4.626.640

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Superávit do exercício	504.028	116.319
Ajustes para conciliar o superávit do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(108.150)	25.674
Depreciações e amortizações	368.576	431.630
Juros sobre empréstimos	344.656	131.599
(Reversão) provisão para demandas judiciais	(58.756)	22.212
Resultado do exercício ajustado	<u>1.050.354</u>	<u>727.434</u>
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber	91.735	(10.396.669)
Estoques	(125.579)	(168.318)
Outros ativos	9.096	(17.620)
Fornecedores	590.344	2.242.803
Obrigações sociais e provisão de férias	511.087	1.372.791
Outras obrigações	1.287.875	7.893.162
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	<u>3.414.912</u>	<u>1.653.583</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado e Investimentos temporários	(373.011)	(260.388)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimentos	<u>(373.011)</u>	<u>(260.388)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	3.020.099
Liquidações dos empréstimos, financiamentos e juros	(817.743)	(1.540.169)
Disponibilidades líq. (aplicadas) geradas pelas ativ. de financiamentos	<u>(817.743)</u>	<u>1.479.930</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>2.224.158</u>	<u>2.873.125</u>
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	7.165.396	4.941.238
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.941.238	2.068.113
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>2.224.158</u>	<u>2.873.125</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

1. Contexto operacional

A Fundação Hospital Santa Lydia, sediada na Rua Tamandaré, nº 434, Campos Elíseos, Ribeirão Preto -SP. Cujas instituições foram autorizadas pela Lei Complementar nº 2.415 de 14 de julho de 2010, e alterações pela Lei Complementar nº 2.434 de 17 de dezembro de 2010, com autonomia administrativa, operacional e financeira e plena gestão dos seus bens e recursos, rege-se por seus atos constitutivos e pelo seu Estatuto Social. A Fundação teve seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica emitido em 15 de março de 2011. Constituiu-se como finalidade da Fundação a execução e prestação de serviços de saúde ao Poder Público Municipal e à iniciativa privada, incluindo-se o fornecimento de suporte técnico e operacional, com atendimento médico de urgência e emergência, e as atividades hospitalares, destinadas, preferencialmente, aos usuários do Sistema SUS moradores de Ribeirão Preto e suplementarmente à iniciativa privada.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem o pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para pequenas e médias empresas – CPC para PME's. Consideram, ainda, as peculiaridades ligadas às entidades sem fins lucrativos em consonância à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e demais alterações.

Essas demonstrações financeiras estão expressas em reais, que é a moeda funcional da Fundação, elas consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 04 de abril de 2020. Depois de concluídas, as demonstrações financeiras serão submetidas à apreciação e aprovação do Conselho Curador.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Fundação de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Fundação está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo se indicado de outra forma:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas obedecendo ao regime de competência. As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pelo curso normal das atividades da Fundação.

As receitas com serviços prestados são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Fundação; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Na elaboração das demonstrações financeiras da Fundação, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos e essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Fundação revisa suas estimativas e premissas, em período não superior a um ano. Contudo, não há situação de maior complexidade que requeira maior nível de julgamento.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Fundação possui aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos e não ocorreram operações desse tipo no decorrer do exercício.

d) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Fundação revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida ao resultado.

Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Com base nas análises da Administração, não foram necessárias provisões para recuperação de ativos em 31 de dezembro de 2019.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em banco conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrado no resultado do exercício respeitando a competência. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

f) Contas a receber

As contas a receber, especificamente de convênios, contrato de gestão pública e com o SUS, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A administração da Fundação não tem a expectativa de outras perdas significativas.

g) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Quando necessário, os estoques são deduzidos por provisão para perdas por obsolescência, deterioração ou baixo giro.

h) Investimentos

Avaliados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para fazer face às eventuais perdas, quando aplicável.

i) Imobilizado

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, acrescido de avaliação espontânea, para determinação do valor atribuído, efetuada por peritos independentes e deduzida à depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A Fundação inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração do resultado. A Fundação não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

j) Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos na estruturação da operação, quando aplicável. Subsequentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

k) Fornecedores e prestadores de serviços

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, caso seja aplicável.

l) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Fundação e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

m) Contratos de gestão

Os contratos são reconhecidos pelo valor justo, e enquanto não atendidos os requisitos para o reconhecimento no resultado como receita, no mesmo momento do reconhecimento das despesas correspondentes, os valores são registrados no ativo em contrapartida do passivo, essas transações estão demonstradas na nota explicativa 22.

n) Segregação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

o) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

p) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Fundação revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

q) Ajuste de avaliação patrimonial

Constituída para os bens do ativo não circulante (imobilizado). A realização do ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável (basicamente pela baixa e depreciação do bem do ativo imobilizado avaliado) é registrada diretamente em superávit acumulados no patrimônio líquido.

r) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2019	2018
Caixa	4.550	148.526
Bancos conta movimento	256.229	88.980
Bancos conta movimento – Contrato de Gestão (nota 23)	675.007	-
Aplicações financeiras (i)	2.315.282	1.666.181
Aplicações financeiras – Contrato de Gestão (nota 23)	4.236.928	751.999
Aplicações financ. – Contrato de Gestão a transferir (ii)	(322.600)	2.285.552
Total	7.165.396	4.941.238

(i) Refere-se aos fundos de investimentos, cujo resgate pode ocorrer de acordo com as necessidades de recursos da Fundação e tem liquidez imediata. Esses fundos são remunerados a variação do CDI.

(ii) Valor financeiramente registrado como aplicações financeiras vinculadas aos contratos de gestão, no entanto, referem-se ao valor equivalente a recursos próprios utilizados pela Fundação para o pagamento de parte do rateio dos custos e despesas para os contratos de gestão em 2018, já em 2019 ocorreu o inverso, restando apenas a reclassificação de recursos próprios da Fundação para os recursos dos contratos de gestão, assim, a Fundação optou em reclassificar esse montante contabilmente para uma rubrica específica, e em período subsequente irá recompor o caixa e equivalentes de caixa da Fundação, não vinculado a contratos de gestão.

5. Contas a receber

Descrição	2019	2018
Convênios	754.614	1.130.626
Outros créditos a receber	1.816.213	92.609
Sistema Único de Saúde – SUS	1.715.512	1.522.289
Contrato de Gestão (ii) – nota 23	11.648.736	13.281.286
(-) Perdas estimadas c/ créditos de liquidação duvidosa (i)	(203.907)	(312.057)
Total	15.731.168	15.714.753

(i) Refere-se à estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa, constituída sobre o montante considerado de difícil recebimento.

(ii) Referente aos contratos públicos de gestão firmados com a Secretaria Municipal da Saúde de Ribeirão Preto, conforme descrito na nota explicativa 1.

6. Estoques

Descrição	2019	2018
Medicamentos	361.619	330.938
Almoxarifado (i)	553.421	458.523
Total	915.040	789.461

(i) Trata-se de material hospitalar, materiais administrativos e produtos de limpeza.

7. Outros créditos

Descrição	2019	2018
Cartões de crédito	25.281	79.085
Adiantamento a colaborador	344.807	282.752
Adiantamentos a fornecedores	23.803	12.933
Total	393.891	374.770

8. Imobilizado

a. Composição do saldo

Descrição	Taxas de deprec. média anual	Custo + Depreciação		2019	2018
		AAP	Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	1.640.490	-	1.640.490	1.640.490
Edificações	2,86%	5.488.985	(1.584.707)	3.904.278	4.087.080
Máquinas e equip.	6,67 a 100%	2.367.172	(1.827.130)	540.042	266.973
Móveis e utensílios	7,14 a 100%	920.330	(681.197)	239.133	285.420
Equip. de inform.	25 a 100%	513.342	(502.570)	10.772	110
Equip. Hospitalares	20%	495.183	(238.476)	256.707	306.914
Veículos	20%	44.206	(44.206)	-	-
Total		11.469.708	(4.878.286)	6.591.422	6.586.987

Com a incorporação dos bens móveis e imóveis do Instituto Santa Lydia através da escritura pública (doação), a Fundação incorporou saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) no montante de R\$ 6.819.842, lançado em contrapartida do patrimônio líquido, apurado através de laudo de empresa especializada, para a apuração do custo atribuído (*deemed cost*) de seus bens imobilizados de uso. Considerando a particularidade da Fundação que é uma entidade civil sem fins lucrativos e, portanto, isenta de tributos, não foi constituída provisão para tributos diferidos sobre o ajuste do imobilizado ao valor justo.

As vidas úteis e valores residuais foram revisados pela administração seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 – Ativo Imobilizado, e não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis.

b. Movimentação do custo histórico + Ajuste de avaliação patrimonial

Descrição	2018	Adições	2019
Terrenos	1.640.490	-	1.640.490
Edificações	5.488.985	-	5.488.985
Máquinas e equipamentos	2.008.405	358.767	2.367.172
Móveis e utensílios	906.086	14.244	920.330
Equipamentos de informática	513.342	-	513.342
Equipamentos Hospitalares	495.183	-	495.183
Veículos	44.206	-	44.206
Total	11.096.697	373.011	11.469.708

c. Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	2018	Adições	Baixas	2019
Edificações	(1.401.905)	(182.802)	-	(1.584.707)
Máquinas e equipamentos	(1.741.432)	(85.698)	-	(1.827.130)
Móveis e utensílios	(620.666)	(60.531)	-	(681.197)
Equipamentos de informática	(513.232)	(9.172) (i)	19.834	(502.570)
Equipamentos Hospitalares	(188.269)	(50.207)	-	(238.476)
Veículos	(44.206)	-	-	(44.206)
Total	(4.509.710)	(388.410)	19.834	(4.878.286)

(i) Referente a estorno do saldo depreciado a maior.

9. Empréstimos e Financiamentos

Modalidade	Taxa de juros mensal	Datas de vencimento	2019	2018
Bradesco S.A(Capital de giro)	1,03%	10/08/2023	2.998.391	3.816.134
(-) Encargos a transcorrer			(592.268)	(936.924)
Total			2.406.123	2.879.210
Circulante			560.801	440.678
Não circulante			1.845.322	2.438.532

Os encargos contratuais (C.E.T - Custo Efetivo Total) para o capital de giro são de 1,03% a.m. Firmou-se como garantia obrigatória a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios referente aos recebíveis. Os vencimentos finais dos empréstimos do não circulante são de janeiro de 2021 até agosto de 2023.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Descrição	2019	2018
Saldos iniciais	2.879.210	1.267.681
Captação de empréstimos e financiamentos	-	3.020.099
Amortização de empréstimos, financiamentos e juros	(817.743)	(1.540.169)
Juros e variação monetária	344.656	131.599
Total	2.406.123	2.879.210

A Administração da Fundação, no exercício de 2018, optou por fazer a liquidação dos empréstimos junto à Caixa Econômica Federal dos seguintes contratos: 2274 e 2355, com juros mensais de 1,20% e 1,48%, respectivamente, e valor de prestação mensal total de R\$ 161.989,09. A prestação mensal do atual contrato está em R\$ 68.145,25 para pagamento em 60 prestações, pagos até o momento 16/60 parcelas.

10. Fornecedores e prestadores de Serviços

Descrição	2019	2018
Fornecedores nacionais	1.123.927	1.440.918
Fornecedores – Contrato de Gestão (nota 23)	891.028	262.871
Honorários médicos – Pessoa física	26.846	23.568
Honorários médicos – P. física – C. Gestão (nota 23)	948	3.520
Honorários médicos – Pessoa jurídica	1.861.866	1.337.909
Honorários médicos – P. jurídica – C. Gestão (nota 23)	2.375.442	2.620.927
Total	6.280.057	5.689.713

11. Salários, encargos sociais e obrigações tributárias

Modalidade	2019	2018	
	Circulante	Circulante	Não circulante
Salários a pagar	620.070	600.264	-
Salários a pagar - C. Gestão (v)	1.093.169	1.147.405	-
Pensão alimentícia a pagar	599	765	-
P. Alimentícia – C. Gestão (v)	1.401	1.041	-
Contribuição sindical	9.254	11.165	-
Contrib. Sindical - C. Gestão (v)	-	3.300	-
INSS empregados (i)	89.896	77.955	-
INSS – Contrato Gestão (v)	205.695	193.350	-
FGTS – Empregados (i)	120.064	119.065	-
FGTS – Contrato Gestão (v)	179.536	155.187	-
Parcelamento FGTS (ii)	19.501	44.376	25.886
Parcelamento INSS (iii)	60.921	182.838	58.446
IRRF a recolher (i)	56.173	57.097	-
IRRF – Contrato Gestão (v)	173.724	180.627	-
COFINS/PIS (i)	57.112	58.350	-
COFINS/PIS – Contr. Gestão (v)	110.331	165.882	-
Parcelamento de tributos (iv)	24.318	280.281	23.357
ISS	226	269	-
ISS – Contrato Gestão (v)	8.626	4.506	-
Rescisões a pagar	-	30.479	-
Rescisões – C. Gestão (v)	-	2.857	-
Bolsa Auxílio	2.820	3.967	-
Total	2.833.436	3.321.026	107.689

Os projetos firmados com as diversas entidades governamentais que ainda estão em fase de execução, são os seguintes:

- (i) Os saldos correspondem aos encargos sociais e contribuições e impostos a pagar referente ao exercício corrente.

- (ii) Dívida com a Caixa Econômica Federal em 160 parcelas, com vencimento final em 22/5/2020. O encargo social é relativo ao período de 10/2003 a 7/2006. A Fundação, sucessora do Instituto, espera renegociar o parcelamento.
- (iii) Saldo de parcelamento com o Ministério da Previdência Social em até 60 parcelas (2 parcelamentos ao todo), com vencimento final em 30/6/2020. O encargo social é relativo ao período de 2/2013 a 8/2014, e estão atualizados até 31 de dezembro de 2019.
- (iv) Trata-se de saldo de parcelamento de IRRF (assalariados e terceiros), PIS sobre folha de pagamento e Pis, Cofins e CSLL sobre terceiros em até 60 parcelas com vencimento final em 29/01/2020.
- (v) Relativo as obrigações com salários, encargos sociais e tributárias vinculadas ou rateadas para os contratos de gestão, que totalizavam em 31 de dezembro de 2019 o valor de R\$ 1.801.513, vide nota explicativa 23.

12. Outras obrigações

Modalidade	2019		2018	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Água e esgoto (i)	798.381	-	641.083	-
Água e esgoto - C. Gestão (iii)	113.685	-	71.130	-
Energia elétrica	883	-	1.221	-
Energia elétrica - C. Gestão (iii)	7.800	-	25.258	-
Telefone	155	-	7.372	-
Telefone – C. Gestão (iii)	5.993	-	2.810	-
Empréstimo consignado	60.037	-	25.636	-
Empr. consignado – C. Gestão (iii)	82.993	-	3.944	-
Outros valores a pagar	802	-	3.909	-
Outros val. a pagar - C. Gestão (iii)	7.084	-	-	-
Parcelamento de água e esgoto (ii)	140.032	706.741	136.441	825.376
Parcelam. processos trabalhistas	154.000	100.000	54.905	-
Parcelamento processos cíveis	86.452	-	-	-
Adiantamento de terceiros	53.880	-	-	-
Total	1.512.177	806.741	973.709	825.376

- (i) Substancialmente representado por resíduos sólidos que estão sendo discutidos junto ao órgão.
- (ii) Através do processo administrativo nº 04.2015.024671-7-Requerimento Especial de termo de Confissão de Dívida e Promessa de Pagamento, a Fundação Hospital Santa Lydia reconheceu e confessou expressamente que é devedora do valor de R\$ 1.066.606 (Um milhão, sessenta e seis mil, seiscentos reais) a favor da DAERP (credor), relativo aos valores principais das tarifas de água, coleta de esgotos apuradas nos exercícios de 2002 a 2014. A dívida foi parcelada em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira vencível no dia 17/1/2016 no valor de R\$ 8.888 (oito mil, oitocentos e oito reais) e as demais nos dias 17 de cada mês no mesmo valor, devidamente atualizados mensalmente pela taxa Selic.
- (iii) Referente a obrigações diversas vinculadas ou rateadas para os contratos de gestão, que totalizavam em 31 de dezembro de 2019 o valor de R\$ 214.196, vide nota explicativa 23.

13. Contratos de gestão a realizar

Descrição	2019	2018
Contrato de Gestão 01/2019 – Central	2.672.004	5.169.300
Contrato de Gestão 02/2019 - UPA Federal	2.863.037	117.138
Contrato de Gestão 02/2019 - UPA Municipal	-	685.363
Contrato de Gestão 03/2019 – Quintino	2.308.812	1.758.663
Contrato de Gestão 01/2019 - Cristo Municipal	457.005	-
Contrato de Gestão 01/2019 - Cristo Federal	197.648	-
Total (nota 23)	8.498.506	7.730.464

Os contratos públicos de gestão são reconhecidos no ativo em contrapartida do passivo. São realizados no ativo quando de seu recebimento e liquidados do passivo quando da execução dos serviços prestados, gerando assim, despesas e receitas correspondentes, conforme preconiza as normas brasileiras de contabilidade e técnicas gerais 07 (R2) – subvenção e assistência governamental.

14. Provisão para contingências

Descrição	2019	2018
Trabalhista	126.037	77.297
Cível	2.474	109.970
Total	128.511	187.267

A Fundação no curso normal de suas operações essa sujeita a riscos de demandas trabalhistas e cíveis, e também, por sucessão de responsabilidade das obrigações do Instituto Santa Lydia (sucedido), assume a responsabilidade como parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas e discute judicialmente essas ações. Com base no andamento, na posição atual, no risco envolvido e na opinião dos assessores jurídicos que indica perda provável, a Administração decidiu manter e incrementar a provisão para as contingências trabalhistas e cível, considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

(a) Movimentação das provisões para contingências e depósitos judiciais

	Depósitos judiciais	Provisão para contingência
Saldos em 1º de janeiro de 2018	77.644	165.055
Diminuição	(30.987)	(26.184)
Aumento	31.440	48.396
Saldos em 31 de dezembro de 2018	78.097	187.267
Diminuição	(58.319)	(166.212)
Aumento	36.675	107.456
Saldos em 31 de dezembro de 2019	56.453	128.511

15. Passivos contingentes

A Fundação possui passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. Devido à sua natureza, tais processos envolvem incertezas a eles inerentes, incluindo, mas não limitado a decisões de tribunais e termos de acordo previstos em lei entre as partes envolvidas, e, como consequência disso, a Administração da Fundação não pode, no estágio atual, estimar o tempo exato de resolução desses temas.

Como sucessora das obrigações e passivos contingentes do Instituto Santa Lydia, a Fundação discute ações de natureza cível e trabalhista, classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, no montante de R\$ 8.500.124 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 10.010.484 em 2018). Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre essas demandas, não foi constituída qualquer provisão para contingências.

Os registros contábeis, fiscais, trabalhistas e das operações da Fundação estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis consoante a legislação aplicável a cada circunstância (em geral cinco anos).

16. Patrimônio líquido

- a. **Patrimônio social:** Representado pelo aporte de R\$ 10.200.000 (R\$ 2.200.000 em 2017; R\$ 4.800.000 em 2016 e R\$ 3.200.000 em 2015) conforme lei 13.527/2015, e também pelo saldo do acervo líquido incorporado do Instituto Santa Lydia. Anualmente, os superávits ou déficits apurados devem ser transferidos para o patrimônio social.
- b. **Reserva de doações:** Constituída por doações realizadas por pessoa física e jurídica para o curso normal dos negócios da Fundação.
- c. **Ajuste de avaliação patrimonial:** Representado pelo saldo que compõe o acervo líquido, vindo da incorporação do Instituto Santa Lydia, que contratou empresa especializada para apuração do custo atribuído, de acordo com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, registrado em contrapartida do imobilizado.
- d. **Superávits acumulados:** Representa o superávit do exercício acrescido da realização do ajuste de avaliação patrimonial (depreciação ou baixa ou alienação dos bens que tiveram o custo atribuído).

17. Serviços de Saúde

A receita líquida de prestação de serviços possui a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Particulares	1.708.367	1.593.720
Contrato de Gestão (nota 23)	52.593.347	33.455.202
SUS (i)	19.790.713	18.678.842
Convênios (ii)	6.032.360	7.711.622
Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (iii)	427.910	7.552.364
Auxílios e Subvenções Federais	1.398.077	-
Auxílios e Subvenções Municipais	2.059.327	-
Total	84.010.101	68.991.750

(i) Faturamento de procedimentos e incentivos de contratualização.

(ii) Atividade de saúde suplementar realizadas pelo hospital.

(iii) São os convênios de apoio à gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto.

18. Doações

Descrição	2019	2018
Outras doações de pessoas físicas e jurídicas	25.601	23.528

19. Custos dos serviços prestados

Descrição	2019	2018
Serviços médicos pessoa física e jurídica	(8.174.823)	(10.865.445)
Serviços médicos – Contrato de Gestão (nota 23)	(20.559.360)	(14.205.153)
Custos de pessoal	(9.128.766)	(9.932.307)
Custos de pessoal – Contrato de Gestão (nota 23)	(22.017.374)	(15.840.050)
Serviços de autônomos	(6.036)	(80.011)
Serviços de empresas	(738.035)	(1.024.914)
Serviços de empresas – Contrato de Gestão (nota 23)	(4.810.971)	(1.374.004)
Medicamentos	(3.136.491)	(2.588.752)
Mater. Hospitalares – Contr. de Gestão (nota 23)	(1.089.142)	(758.680)
Materiais de enfermagem	(1.359.825)	(1.304.822)
Materiais e serviços de laboratório	(502.362)	(1.454.816)
Materiais e serv.de laboratório – C. Gestão (nota 23)	(1.422.767)	(512.820)
Órteses e próteses	(98.900)	(177.397)
Material de escritório	(160.461)	(109.070)
Material de escritório – Contrato de Gestão (nota 23)	(11.659)	(33.395)
Gêneros alimentícios	(266.465)	(904.534)
Gêneros alimentícios – Contrato de Gestão (nota 23)	(729.340)	(241.805)
Material de lavanderia, costura e roupas	(50.887)	(20.509)
Material de limpeza	(17.701)	(136.678)
Material de limpeza – Contrato de Gestão (nota 23)	(50.367)	(69.212)
Outros custos	(290.089)	(62.025)
Outros custos – Contrato de Gestão (nota 23)	(170.960)	(75.796)
Total	(74.792.781)	(61.772.195)

20. Despesas Administrativas e gerais

Descrição	2019	2018
Materiais em geral	(526.029)	(587.696)
Impostos, taxas e contribuições	(1.419)	(4.734)
Aluguéis	(372.660)	(187.697)
Aluguéis e Ut. Pública – Contrato de Gestão (nota 23)	(1.119.832)	(344.287)
Energia elétrica	(655.982)	(669.310)
Água e esgoto	(375.442)	(357.496)
Conservação e manutenção	(54.914)	(97.735)
Despesa com depreciação	(368.576)	(431.630)
Acordos e custas processuais	(476.287)	(193.848)
Provisão para contingências	(107.456)	(48.396)
Reversão (provisão) para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	108.150	(25.674)
Bens e Mat. Permanentes - C. de Gestão (nota 23)	(611.575)	-
Diversas	(345.752)	(446.303)
Total	(4.907.774)	(3.394.806)

21. Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

Descrição	2019	2018
Recuperações de Despesas	11.847	79.579
Taxa Inscrição Processo Seletivo	20.960	85.319
Outras Receitas	45.982	108.015
Perdas no Caixa <i>(i)</i>	(235.534)	-
Perdas em Outros Ativos <i>(ii)</i>	(283.573)	-
Total	(440.318)	272.913

(i) Reconhecimento de perda referente a atendimentos de procedimentos particulares que, após avaliação da comissão de controle interno, foram adotados novos procedimentos e controles de segurança.

(ii) Substancialmente, representado por perdas decorrentes de convênios que se encontravam em aberto para discussão (glosas).

22. Resultado financeiro líquido

Descrição	2019	2018
Receitas financeiras:		
Descontos obtidos	74.145	163.874
Rendimentos sobre aplicação financeira	72.242	37.186
Rendimentos sobre aplicações financeiras. – Contratos de gestão (nota 23)	277.821	130.238
Juros ativos	498	1.189
	<u>424.706</u>	<u>332.487</u>
Despesas financeiras:		
Juros passivos	(386.617)	(358.962)
Despesas bancárias	(159.406)	(127.354)
	<u>(546.023)</u>	<u>(486.316)</u>
Total	<u>(121.317)</u>	<u>(153.829)</u>

23. Contratos de gestão

Descrição	2019	2018
Ativo:		
Bancos conta movimento (nota 4)	675.007	-
Aplicações financeiras (nota 4)	4.236.928	751.999
Contratos de gestão a receber (nota 5)	11.648.736	13.281.286
Total do ativo	16.560.671	14.033.285
Passivo:		
Fornecedores e Honorários médicos (nota 10)	3.267.418	2.887.318
Salários, encargos sociais e obrigações tributárias (nota 11)	1.772.482	1.850.257
Reajuste salarial	670.274	215.620
Provisão de férias e encargos	1.856.615	1.331.866
Outras obrigações (nota 12)	217.555	103.142
Contratos de gestão a realizar (nota 13)	8.498.506	7.730.464
Total do passivo	16.282.850	13.903.047
Variação entre ativo e passivo	(i) 277.821	130.238
Receitas serviços de saúde:		
Contrato de Gestão – Central	15.424.627	9.362.364
Contrato de Gestão – Quintino II	17.733.095	11.016.331
Contrato de Gestão – UPA Federal	6.000.000	4.382.862
Contrato de Gestão – UPA 13 Maio	12.394.367	8.693.645
Contrato de Gestão – Cristo Redentor Municipal	849.299	-
Contrato de Gestão – Cristo Redentor Federal	191.959	-
Total das receitas serviços de saúde (nota 17)	52.593.347	33.455.202
Receitas com rendimentos de aplicação financeira (nota 21)	277.821	130.238
Total das receitas	52.871.168	33.585.440
Custo dos serviços prestados:		
Serviços médicos - Contrato de Gestão (nota 19)	(20.559.360)	(14.205.153)
Custos de pessoal - Contrato de Gestão (nota 19)	(22.017.374)	(15.840.050)
Serviços de empresas - Contrato de Gestão (nota 19)	(4.810.971)	(1.374.004)
Mater. Hospitalares - Contrato de Gestão (nota 19)	(1.089.142)	(758.680)
Materiais de laboratório - C. de Gestão (nota 19)	(1.422.767)	(512.820)
Material de escritório - Contrato de Gestão (nota 19)	(11.659)	(33.395)
Gêneros alimentícios - Contrato de Gestão (nota 19)	(729.340)	(241.805)
Material de limpeza - Contrato de Gestão (nota 19)	(50.367)	(69.212)
Outros custos - Contrato de Gestão (nota 19)	(170.960)	(75.796)
Despesas adm. e gerais - Aluguéis e utilidade pública (nota 20)	(1.119.832)	(344.287)
Bens e Mat. Permanentes (nota 20)	(611.575)	-
Total dos custos e despesas	(52.593.347)	(33.455.202)
Receita (-) custos e despesas	(i) 277.821	130.238

(i) Referente aos rendimentos de aplicações financeiras vinculadas aos contratos de gestão.

24. Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas (não auditado)

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, são demonstrados a seguir os valores relativos à isenção previdenciária como se fossem gozados durante o exercício:

a. Assalariados:

Mês de competência	2019		2018	
	Base de cálculo	Isenção	Base de cálculo	Isenção
Janeiro	2.300.064	662.418	1.649.519	475.062
Fevereiro	2.185.505	629.425	1.594.543	459.228
Março	2.204.941	635.023	1.575.594	453.771
Abril	2.329.279	670.832	1.723.262	496.300
Maió	2.336.532	672.921	1.950.628	561.781
Junho	2.416.989	696.093	2.009.791	578.820
Julho	2.407.920	693.481	2.127.699	612.777
Agosto	2.362.415	680.376	2.180.018	627.845
Setembro	2.464.940	709.903	2.248.785	647.650
Outubro	2.425.237	698.468	2.254.355	649.254
Novembro	2.479.228	714.018	2.292.474	660.232
Dezembro	2.384.509	686.739	2.256.903	649.988
13º salário	2.042.991	588.381	1.752.330	504.671
Total	30.340.550	8.738.078	25.615.901	7.377.379

b. Autônomos:

Mês de Competência	2019		2018	
	Remuneração Paga	Isenção	Remuneração paga	Isenção
Janeiro	9.136	1.827	27.888	5.577
Fevereiro	7.476	1.495	30.851	6.170
Março	7.213	1.443	41.082	8.216
Abril	8.263	1.653	39.326	7.865
Maio	7.213	1.443	88.973	17.795
Junho	6.448	1.290	112.688	22.538
Julho	5.807	1.161	125.343	25.069
Agosto	5.720	1.144	133.980	26.796
Setembro	5.720	1.144	114.070	22.814
Outubro	5.720	1.144	100.540	20.108
Novembro	4.957	991	80.960	16.192
Dezembro	4.674	935	5.720	1.144
Total	78.347	15.670	901.421	180.284

25. Aspectos fiscais

Consideram-se imunes as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os colocam à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui imunidade subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Fundação.

A administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que pudesse afetar a Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

26. Remuneração da administração

A Fundação não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades.

27. Composição dos órgãos de Administração da Fundação

A Fundação contará com os seguintes órgãos de Administração, conforme determina seu Estatuto Social:

Conselho Curador – constituído de cinco membros titulares e suplentes, que dirigirá, fiscalizará e controlará a Fundação, com mandato de dois anos, permitindo recondução dos seus membros por igual período. Sendo três membros indicados pelo Poder Executivo Municipal, um membro indicado pelo Conselho Municipal de Saúde, e um membro eleito entre os empregados e servidores cedidos à Fundação. Membros deste conselho não poderão ser nomeados para a diretoria executiva.

Conselho Fiscal – órgão de controle interno, responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da Fundação, com mandato de dois anos, permitindo recondução dos seus membros por iguais períodos. Constituído de três membros, sendo um representante indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, um indicado pela Secretaria Municipal da Casa Civil e um indicado pela Secretaria Municipal da Fazenda. Membros deste conselho não poderão ser nomeados para a diretoria executiva.

Diretoria Executiva – órgão da Administração da Fundação e subordinada ao Conselho Curador, é constituída das seguintes funções de livre provimento: um diretor administrativo e um diretor técnico.

28. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

A Fundação Hospital Santa Lydia, protocolou em 3 de novembro de 2011, junto ao Ministério da Saúde, na qualidade de sucessora do Instituto Santa Lydia, pedido de substituição de Requerente nos processos de Renovação de CEBAS, passados, ainda sob análise: Processo nº 250000.666490/2009-89. Cabe salientar que naquela mesma data foi formalmente requerido ao Ministério da Saúde por meio do Processo nº 25000.191819/2011-69 a inclusão como requerente, juntando neste ato todos os atos constitutivos da Fundação.

Em 27 de junho de 2012 tempestivamente protocola novo pedido de renovação já em nome da Fundação Hospital Santa Lydia: Processo nº 25000.109649/2012-68. Diante da apreciação da Lei 12.101/2009, Decretos nº 7.237 e 7.300/2010 e Portaria 1.970/GM de 16 de agosto de 2011, a Fundação preenche plenamente todos os requisitos conforme determinações expressas na legislação vigente, portanto até o presente momento não há óbices na concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Saúde) pelo Ministério da Saúde.

Mediante ao Parecer Técnico nº 515/2014 CG CER/ DCE/ BAS/ JAS/ MS constante no Processo nº 2.500 109649/2012-68/MS, concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes na Legislação vigente. Desta forma, foi deferido o Pedido de Concessão de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da saúde, pelo período de três anos a contar de 31 de dezembro de 2014, data da publicação da Portaria nº 1.516 de 30/12/2014 no Diário Oficial da União – DOU nº 253.

Por fim, por meio da portaria nº 197, de 8 de fevereiro de 2018 foi deferido à renovação do CEBAS este tem validade pelo período de 31 de dezembro de 2017 a 30 de dezembro de 2020.

29. Gerenciamento de riscos

As operações da Fundação estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram constituídas perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela administração da Fundação no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

30. Cobertura de seguros

A Administração da Fundação mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

31. Eventos subsequentes

Em relação aos impactos advindos da epidemia COVID-19, até a emissão deste relatório a Administração da Fundação, não identificou nenhuma alteração operacional, bem como, econômico-financeira em suas atividades e/ou outros riscos de mercado.
